

A estabilização econômica: problemas

DF - Economia

Mário Tinoco da Silva *

24 JUN 1997

O Distrito Federal vem apresentando excepcional desempenho na arrecadação tributária, como resultado de ações fiscais programadas e eficazes. Em 1996, a arrecadação do ICMS cresceu 9,9%, em termos reais, sobre o ano anterior, resultado bem acima da média nacional (2,1%). O ISS cresceu 12,9%, performance também superior à maior parte dos municípios das capitais.

Em 1997, apesar das reduções provocadas pela Lei Kandir, o ICMS do DF cresceu, no primeiro trimestre, 6,7%, em termos reais.

Entretanto, o excepcional aumento da arrecadação tributária não se traduziu, em toda a sua potencialidade, em programas de investimentos de cunho social. Isto porque esses novos recursos foram quase totalmente apropriados pela folha de pessoal. O comprometimento da receita com a folha de pessoal atingiu 82%, em 1996.

Nesse sentido, o governo democrático e popular do DF ainda não conseguiu produzir resultados que o diferenciem significativamente do governo federal, apesar de algumas indicações materializadas em pro-

gramas como: Bolsa-Escola, BRB-Trabalho, Agroindústria Familiar e Orçamento Participativo.

A estabilidade resultou em maior crescimento, menor variação das taxas de crescimento do PIB e dos preços e reduziu a pobreza, mas esses resultados mostraram-se claramente insuficientes. Não se geraram, como em outras épocas, projetos econômicos-sociais que despertassem otimismo na população.

Os economistas liberais podem discutir receitas sobre como estabilizar as economias, mas pouco têm a contribuir para a formulação de projetos estáveis e dinâmicos de crescimento em países como os da América Latina ou para a implementação de políticas de distribuição de renda. Apenas repetem que as reformas ainda não se completaram, desconhecendo o cenário social e político em que essas mudanças ocorrem.

Entretanto, neste momento a oposição não tem oferecido alternativa consistente. No Brasil, os economistas ligados aos partidos de esquerda

vêm centrando suas críticas à política de estabilização em um ponto: a valorização excessiva do real. Não conseguem distinguir suas posições daquelas mais conservadoras.

Há uma concordância em que o Plano Real partiu de nível de apreciação desnecessariamente alto para o real. Entretanto, neste momento, desvalorizar fortemente o real poderia ser fatal à estabilidade.

A oposição deve, isso sim, defender a estabilidade e a abertura da economia, tendo em vista que a queda da inflação trouxe inegável melhoria na qualidade de vida da população de baixa renda e que a maior inserção na economia internacional é fundamental para atualização tecnológica e aumento da produtividade.

Mas deve, ao mesmo tempo, mostrar que alcançar a estabilidade é insuficiente, ante a magnitude dos problemas econômicos e sociais brasileiros.

A taxa de crescimento brasileiro



nos anos 90 está muito abaixo dos níveis experimentados nos anos 60 e até mesmo nos anos 70, o que agrava o problema do desemprego.

Além disso, mesmo a sustentação do atual nível de crescimento não está garantida. O déficit no balanço de pagamentos brasileiro é contrapartida de um significativo déficit fiscal. Países que sustentaram déficits comerciais de montantes semelhantes por muito tempo tinham como contrapartida não um déficit fiscal, mas sim um excesso de investimentos privados sobre a poupança interna.

Finalmente, a América Latina não pode continuar sustentando a pior disparidade de renda entre os continentes. O ataque à pobreza não pode esperar conjunturas mais favoráveis.

A superação desses três pontos passa, dentro de uma perspectiva não-liberal, por um Estado forte, com capacidade de intervir nas áreas econômica e social de modo eficaz. O

Estado precisa, para isso, recuperar sua capacidade de poupança e deixar de ser fator de concentração de renda.

O problema, no Brasil e nos outros países latino-americanos, é que os progressistas não percebem que o Estado se tornou refém de algumas corporações encasteladas, principalmente, nas atividades-meio, que o utilizam para ampliar sua participação na renda nacional. O projeto alternativo passa necessariamente pelo ajuste fiscal, que possibilite a recuperação da capacidade de poupança e a independência política diante dessas corporações.

A incapacidade da oposição em indicar os caminhos para a aceleração do crescimento e para a redução dos desequilíbrios sociais é decorrente de sua incapacidade em formular um projeto democrático de reforma do Estado, priorizando os setores sociais e os investimentos em infra-estrutura. Nesse contexto, propostas inovadoras na área de educação, que é caminho obrigatório para a melhoria na distri-

buição de renda, como a dos Ciep's de Brizola e da bolsa-escola de Cris-tovam, perdem muito de sua força por não se ter uma proposta de estrutura institucional que as perenize.

O redesenho do Estado neste momento aponta para a substituição da propriedade estatal pelo controle público com gerência privada, atraíndo investimentos do setor privado e garantindo eficiência na prestação dos serviços básicos. Indica, também, a necessidade de redução das atividades-meio do Estado, que hoje

estão hipertrofiadas, e a ampliação dos setores-fins voltados, principalmente, para educação, saúde e segurança.

Em resumo, é preciso que se tenha

É preciso que se tenha coragem e criatividade de propor um novo perfil de Estado que se ajuste a uma nova realidade social

a coragem e a criatividade de propor um novo perfil de Estado que não só se ajuste às novas necessidades da acumulação de capital, planejando a retomada do crescimento econômico em bases sociais mais justas, mas que, também, possua instrumentos para intervir diretamente na esfera social, com políticas de renda compensatórias. ■

* Secretário de Fazenda e Planejamento do Distrito Federal.